

PRIMEIRO, DEFINIR O CAMPO DE BATALHA

Michael Walzer

O Estado de S. Paulo, 23 de setembro, 2001.

Há um velho cartoon de Bill Mauldin em que dois senhores idosos estão sentados, num clube de cavalheiros. Um inclina-se para a frente e fala: "Eu digo que é uma guerra, Throckmorton. E digo mais: vamos lutar!" Tem havido muita conversa como essa em Washington desde o dia 11 de setembro. E pelo país também: todos nós nos sentimos um pouco como o amigo de Throckmorton.

Mas isto é uma guerra? E, se é, como deveríamos lutar?

O certo é que temos um inimigo, todos nós, qualquer que seja nossa política ou religião. Nossa vida e nossa maneira de viver foram atacadas - todo mundo diz isso e, sem dúvida, é a verdade. O ataque pode ter tido origem imediata na Guerra do Golfo; pode ter sido alimentado por fervorosos e altamente deturpados relatos sobre o bloqueio do Iraque e o conflito Israel-palestinos. Mas as causas são mais profundas: ressentimento pelo poder da América e ódio aos valores que algumas vezes, pelo menos, guiaram o seu exercício. Não se trata, no entanto, de uma "guerra de civilizações", já que nosso inimigo não representa uma civilização. Não estamos em guerra contra o Islã, ainda que os terroristas explorem o fervor da religião islâmica.

Então, isto é uma guerra? A palavra é aceitável desde que quem a use entenda o que é uma metáfora. Não existe, neste momento, um Estado inimigo, um campo de batalha óbvio. A palavra "guerra" pode servir, mas só como metáfora para significar esforço, empenho, resistência. Ação militar, ainda que possa vir a ocorrer, não é a primeira coisa em que devemos pensar agora. Em vez disso, nesta "guerra" contra o terrorismo, três outros aspectos devem ter prioridade: um trabalho policial intenso ao longo das fronteiras nacionais; uma campanha ideológica para combater todos os argumentos e desculpas do terrorismo e rejeitá-los; e um sério e ininterrupto esforço diplomático.

O que a polícia deve fazer é óbvio, mas há trabalho também para líderes religiosos e intelectuais, porque o clima intelectual em muitas partes do mundo não é suficientemente contrário ao terrorismo. Terroristas são apoiados tanto moral quanto fisicamente e o único remédio contra isso é o argumento político. E nossos diplomatas têm de fazer muito mais do que fizeram para construir a coalizão que lutou na Guerra do Golfo. Aquela foi uma aliança de emergência para aquele momento, mas não para longo prazo. A aliança contra o terrorismo tem de ser estruturada para durar: tem de ser baseada em exigentes e vigorosos acordos.

Mas é sobre a ação militar que todo mundo quer falar - não uma metáfora da guerra, mas algo real. Então, o que podemos fazer? Há duas condições que devem preceder nossa entrada nesse justo combate: temos de encontrar alvos legítimos - pessoas realmente engajadas na organização, no apoio e na execução das atividades terroristas - e ser capazes de atingir esses alvos sem matar muita gente inocente.

Apesar das críticas aos "assassinatos" israelenses feitas por autoridades dos Estados Unidos, não acredito que importe, do ponto de vista moral, se os alvos são indivíduos ou grupos de pessoas, desde que aqueles dois critérios sejam observados. Se falharmos nesses dois aspectos, estaremos defendendo a nossa civilização imitando os terroristas que a atacam.

O que se depreende a partir desses critérios é que a ação de "comandos" provavelmente seja melhor do que ataques com mísseis ou bombas. Quando o alvo é, digamos, um pequeno e disperso grupo de terroristas em treinamento, um soldado com um rifle é mais eficaz que a mais eficiente das bombas. Mas, e se o propósito do nosso ataque for forçar governos que apóiam atividades terroristas a entregar os terroristas ou parar de financiá-los? Esse é, com certeza, um objetivo legítimo - na verdade, um objetivo necessário de qualquer aliança contra o terrorismo. Mas nossa capacidade coercitiva nessa esfera é moralmente limitada. Não podemos coagir governos aterrorizando civis. Em países tão desesperadamente pobres como o Afeganistão, não podemos sair destruindo sistematicamente a infra-estrutura que lhes resta. Redes de eletricidade e usinas de purificação de água não são alvos legítimos.

Podemos bombardear prédios do governo, que provavelmente estarão vazios. E, se o bombardeio for espetacular e os pilotos, heróicos, talvez essa ação simbólica nos permita alcançar o que realmente tem de ser feito. Estados terroristas têm de ser isolados, postos no ostracismo e embargados; suas fronteiras, fechadas; suas organizações secretas, devassadas; suas justificativas ideológicas, rejeitadas em toda parte. O grande perigo neste momento é que, tendo feito estrago suficiente - em algum lugar -, nos distanciemos paulatinamente dessa empreitada e do compromisso de utilizar todos os recursos necessários para derrotar o terrorismo. Devemos perseguir a guerra metafórica - e impedir a real.